

Limites da renegociação da dívida

13 NOV 1984

*Estevão
da*

por Celso Pinto
de Nova York

O esforço de ajuste do setor público continuará no próximo ano e fará parte do programa acertado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Em princípio, disse o ministro da Fazenda, Ernane Galvés, a este jornal, o governo imagina negociar a ampliação do superávit operacional do setor público de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB), previsto para este ano, para algo entre 1 e 2% em 1985.

Este será, talvez, o ponto mais sensível da conversa que Galvés e o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, terão hoje com o diretor-gerente do Fundo, Jacques de Larosière, em Washington. Galvés já está desde ontem em Washington e Pastore chega hoje. Delfim adjiou sua viagem aos EUA para a próxima semana.

O objetivo da conversa é definir, em grossas linhas, os principais indicadores do programa do Fundo com o Brasil para o próximo ano. Este acordo com o FMI é um dos ingredientes

ligados à negociação com os bancos privados, cuja abertura formal será feita nesta quarta e quinta-feira, em Nova York.

Ao fixar objetivos para o setor público, o governo prefere discutir os valores operacionais (isto é, excluindo-se o efeito da aplicação das correções monetária e cambial), por ser difícil precisar o comportamento inflacionário. Galvés admitiu, de toda forma, que o índice que a Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais (Sest) está utilizando para a elaboração do orçamento das estatais, de 120% para a inflação final de 1985 e de 150% para a inflação média, é um ponto de referência. Tanto ele quanto Pastore negaram que o Brasil vá pedir ao FMI uma mudança das metas fixadas para o final deste ano, algumas delas comprometidas pela explosão inflacionária muito acima do projetado.

Com os bancos, a intenção é pedir o reescalonamento automático, por catorze anos, das amortizações devidas pelo menos até 1990, talvez até 1991. O

Brasil pedirá para que não haja nenhum repagamento do principal durante todo este período, o que permitiria uma recomposição de reservas e uma redução ao mínimo da necessidade de "dinheiro novo". Os bancos provavelmente insistirão em um esquema de pagamentos de parcelas crescentes de amortização, já a partir de 1986 ou 1987, como fizeram com o México.

Um ponto importante, que tem sido pouco mencionado, é que esta negociação envolverá, necessariamente, os recursos tomados na fase 1, referente ao ano passado. Esse dinheiro foi contratado com um prazo de oito anos, mas só dois anos e meio de carência. Portanto, parte das amortizações entrará no pacote de reescalonamento. Na fase 2, deste ano, o prazo já foi de nove anos com cinco de carência.

O Brasil, como se sabe, tentará reduzir o "spread" (taxa de risco) dos 2,125% obtidos no ano passado para algo próximo ao conseguido pelo México neste ano (1,125%). Ficará satisfeita se chegar perto de 1,5%. Galvés disse que essa rediscussão de "spread" poderá estender-se para o "jumbo" da fase 1.

Não será pedido "dinheiro novo" para 1985, mas o governo conta com um aumento no total de créditos comerciais. Neste ano, eles somaram US\$ 10 bilhões. Galvés calcula que o total possa crescer entre 10 e 15% no próximo ano.

O princípio geral deste novo pacote é evitar que o País precise, nos próximos cinco a seis anos, de recursos novos em volume superior ao que possa contratar junto a entidades oficiais ou em pequenas operações de mercado. Seria, portanto, se bem sucedida, uma forma de assegurar mais tranquilidade ao País e aos próprios bancos, submetidos, desde 1982, a traumáticas negociações coletivas.

Chega hoje ao Brasil a chefia adjunta da Divisão Atlântica do FMI, Ana María Jul, para verificar se o País cumpriu as metas do terceiro trimestre. Somente depois disso o Fundo poderá liberar a terceira parcela de 374 milhões de direitos especiais de saque (DES) — que equivalem a US\$ 400 milhões, aproximadamente — do crédito ampliado.

(Ver página 13)